



MIRAE ASSET WEALTH MANAGEMENT (BRAZIL)

Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ (MF) nº 12.392.983/0001-38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2019, bem como as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes. O resultado líquido de R\$ 8.275 mil, representa uma rentabilidade de 3,13% sobre o patrimônio líquido, contra 2,27% em 30 de junho de 2018. A Mirae Asset Wealth Management (Brazil) CCTVM Ltda. continua investindo para trazer novos clientes oferecendo o mais alto nível de serviços para atender as necessidades dos clientes em todos os momentos e mantém o foco no desenvolvimento de estratégias de negócios e novos produtos que variam de acordo com o cenário econômico global buscando obter um fluxo diversificado de receitas. O Capital Social no montante de R\$ 165.899 mil ações, está totalmente subscrito e integralizado sendo sua acionista majoritária a Mirae Asset Securities (HK) Limited. Agradecemos o apoio e a participação dos Senhores acionistas, clientes, funcionários, fornecedores e a comunidade financeira nos resultados até então alcançados.

**BALANÇO PATRIMONIAL** 30 de junho de 2019 e 2018

	NE	30/06/19	30/06/18		NE	30/06/19	30/06/18
(Valores em R\$ mil)							
<b>Ativo Circulante</b>		<b>405.295</b>	<b>289.332</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>240.127</b>	<b>149.940</b>
Disponibilidades		1.874	191	Relações Interdependências		5	52
Aplicações Interfin. de Liquidez	4	214.256	138.112	Recursos em trânsito de terceiros		5	52
Aplicações no mercado aberto		214.256	138.112	<b>Outras Obrigações</b>	6	<b>240.122</b>	<b>149.888</b>
<b>TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>		<b>172.007</b>	<b>129.393</b>	Reservas de câmbio		1.332	1.332
Carteira própria		149.276	125.880	Sociais e estatutárias		1.600	450
Instrumentos financeiros derivativos		407	465	Fiscais e previdenciárias		5.505	4.576
Ativos a receber		22.324	3.048	Negociação e intermediação de valores		220.375	143.153
<b>Operações de Crédito</b>		<b>—</b>	<b>107</b>	Diversas		2.942	1.577
Financiamento de títulos e valores mobiliários		—	107	Exigível e Longo Prazo		431	1.815
<b>Outros Créditos</b>	6	<b>16.753</b>	<b>20.690</b>	<b>Outras Obrigações</b>	6	<b>431</b>	<b>1.815</b>
Carteira de câmbio		828	133	Diversas		431	1.815
Negociação e intermediação de valores		15.786	19.275	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>264.495</b>	<b>200.656</b>
Diversos		139	515	Capital:			
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>425</b>	<b>839</b>	De Domiciliados no exterior	8.a	165.899	165.899
Despesas antecipadas		30	40	Reservas de lucros	8.b	90.380	79.163
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>96.743</b>	<b>112.899</b>	Outras reservas patrimoniais	8.c	59	59
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	5	95.750	108.842	Lucros acumulados	8.c	8.275	5.681
Carteira própria		50.880	79.543				
Ativos a receber		44.870	30.299				
<b>Outros Créditos</b>	6	<b>993</b>	<b>2.647</b>				
Diversos		993	2.647				
<b>Permanente</b>		<b>3.015</b>	<b>590</b>				
Investimentos		40	40				
Outros investimentos		40	40				
<b>Imobilizado em Uso</b>	7.a	<b>895</b>	<b>516</b>				
Outras imobilizações de uso		3.101	2.883				
(Depreciações acumuladas)		(2.206)	(2.367)				
<b>Intangível</b>	7.b	<b>2.080</b>	<b>34</b>				
Ativos Intangíveis		2.080	34				
(Amortização acumulada)		—	(1)				
<b>Total do Ativo</b>		<b>505.053</b>	<b>402.411</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>505.053</b>	<b>402.411</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

	Semestre de 01/01/19 a 30/06/2019				Semestre de 01/01/18 a 30/06/2018			
	Capital realizado	Reservas especiais de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Capital realizado	Reservas especiais de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados
<b>Saldos no Início do Semestre em 01/01/19</b>	165.899	—	50.380	256.235	165.899	—	50.380	200.656
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	—	—	15	15	—	—	15	15
Lucro líquido do semestre	—	—	8.275	8.275	—	—	8.275	8.275
<b>Saldos no Fim do Semestre em 30/06/19</b>	165.899	—	58.655	264.554	165.899	—	58.655	208.931
<b>Mutações do Semestre:</b>								
<b>Saldos no Início do Semestre em 01/01/18</b>	165.899	—	79.163	245.062	165.899	—	79.163	200.656
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos	—	—	(70)	(70)	—	—	(70)	(70)
Lucro líquido do semestre	—	—	5.681	5.681	—	—	5.681	5.681
<b>Saldos no Fim do Semestre em 30/06/18</b>	165.899	—	73.583	250.656	165.899	—	73.583	206.337
<b>Mutações do Semestre:</b>								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 30 de junho de 2019 e 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mirae Asset Wealth Management (BRAZIL) Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Corretora"), constituída em 6 de fevereiro de 2010, é uma empresa limitada, com sede em São Paulo, e possui como objeto social operar em crédito ou em sistema mantido por bolsa de valores, descoberto, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para venda, intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou por terceiros, encargar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários, indicar, organizar e administrar fundos e clubes de investimento, exercer funções de agente fiduciário, criar, prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais, realizar operações no mercado de câmbio, e exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SISFIN. As demonstrações contábeis incluem estimativas e pressupostos adotados periodicamente pelo Banco, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social. Os resultados e balanços podem ser afetados por alterações de estimativas e pressupostos inerentes ao processo de sua determinação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCB, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são: CPC 00 (R1) - Resolução nº 1.414/12 - Estrutura Contábil para o Setor Bancário e Divisão de Relações com o Cliente; CPC 01 (R1) - Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 02 (R1) - Resolução nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 (R2) - Resolução nº 3.604/08 - Taxação do fluxo de caixa; CPC 04 (R1) - Resolução nº 4.534/14 - Instrumentos financeiros derivativos; CPC 05 (R1) - Resolução nº 4.534/14 - Instrumentos financeiros derivativos; CPC 06 (R1) - Resolução nº 3.999/11 - Pagamento baseado em ações; CPC 23 - Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 24 - Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente; CPC 25 - Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 27 - Resolução nº 4.534/14 - Ativo imobilizado; CPC 33 - Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados. As demonstrações contábeis estão em conformidade com a Lei, que é a norma contábil adotada. Todas as informações apresentadas em Relatório foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Corretora em 17 de junho de 2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir o resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Corretora: a) Caixa e equivalentes de caixa: Despesas de aquisição e de manutenção de caixa e as contas correntes de bancos; aplicações de curto prazo (igual ou inferior a 90 dias), com alta liquidez e com risco de mudança de valor insignificante; b) Ajuste ao valor de mercado: As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência; c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: Estão demonstradas pelo valor do principal, ajustado com base no custo de aquisição, quando o prazo de vencimento é inferior a 90 dias e em contábeis decorrentes; d) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem vendidos frequentemente negociados, sendo que os resultados e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contábeis decorrentes do resultado do período. Os títulos classificados nessa categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento; (ii) Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, em avaliações pelo custo de aquisição; (iii) Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram com a negociação, sendo como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados à rentabilidade ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destinada do balanço patrimonial líquido, deduzidos dos efeitos de avaliação de títulos públicos e ajustados pelo valor de mercado. Segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de vencimento e vencimento. As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelas respectivas variações das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos; e) Instrumentos financeiros derivativos: Os contratos a termo representam compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados financeiramente. Na data da operação, deve ser registrado o valor final contratado, ajustado com base no custo de aquisição, quando o prazo de vencimento é inferior a 90 dias e em contábeis decorrentes; f) Instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contratados pela Circular BACEN nº 3.082/2002, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período; g) Negociação e intermediação de valores: Demonstrações por valores contábeis e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridas; h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio na data do fechamento das demonstrações contábeis, sendo as diferenças decorrentes das variações reconhecidas no resultado do período; i) Investimentos, imobilizado e intangível: Investimentos - corresponde a outros investimentos demonstrados pelo valor de custo, imobilizado - corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. São demonstrados pelo custo líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com base no tempo estimado da vida útil dos bens. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas são as seguintes: (i) móveis e utensílios - 10%; (ii) equipamentos de comunicação - 10%; (iii) processamento de dados - 20%; (iv) sistema de transporte - 20%; (v) (vi) sistema de segurança - 10%; Intangível - corresponde aos intangíveis que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com a finalidade, e aqueles com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período estimado do benefício econômico do bem. (i) Impairment de ativos não financeiros: O Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566/08, com efeito, aprovando a adoção do Froumentamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), estabelecendo os seguintes critérios: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ação e marca, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. Não foram identificados eventos que identificassem a necessidade de reconhecimento do impairment nos semestres findos em 30 de junho de 2019. (ii) Passivos contingentes e exigível a longo prazo: São demonstrados pelos valores contábeis ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço. (iii) Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 15% (20% em 2018), após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da Contribuição Social foi elevada de 15% para 20% para o período base compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei nº 13.693/2018 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/15). Os ativos fiscais diferidos são constituídos sobre diferenças temporárias para fins fiscais, calculadas e contabilizadas à alíquota de 15% mais adicional de 10% da base que ultrapassar R\$ 240 no exercício, e a contribuição social à alíquota de 20% até 31 de dezembro de 2018 e 15% para os demais exercícios, respeitando os limites de realização dos benefícios. (iv) Contingências: O reconhecimento a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e contingências legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/08. • Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais e decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo. • Passivos contingentes: ocorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações civis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levadas em consideração a probabilidade de reconhecimento do reconhecimento de ativos contingentes e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos semelhantes apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação nos termos dos pressupostos definidos pela Resolução CMN nº 3.535/08. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações contábeis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2019	30/06/2018
Disponibilidades	1.874	191
Aplicações interfinanceiras de liquidez (LTN)	214.256	138.112
<b>Total</b>	<b>216.130</b>	<b>138.303</b>

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários: Em 30 de junho de 2019 e 2018, a carteira de títulos e valores mobiliários estava classificada como títulos disponíveis para venda e abarcava a composição:

	Valor de custo	Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado
<b>Disponíveis para venda</b>					
Carteira própria:					
Títulos públicos - LFT	50.933	—	—	50.880	50.880
Títulos de renda variável - Ações de Companhias Abertas - Ações de Cotas de fundos de investimento	20	20	—	20	20
DML Hedge Conservador IFRF	149.256	149.256	—	149.256	149.256
CMH Hedge Conservador IFRF	42.702	42.702	—	42.702	42.702
AF Invest FIC CP Geraes	43.191	43.191	—	43.191	43.191
M.A. RF Pre Fundo Índices	33.994	33.994	—	33.994	33.994
Canepa Macro FIM	13.006	13.006	—	13.006	13.006
Bania AM Maru FIC FIM	16.363	16.363	—	16.363	16.363
Subtotal	200.209	149.276	—	50.880	200.156
<b>Disponíveis para venda</b>					
Carteira própria:					
Títulos públicos - LFT	79.543	—	—	79.543	79.543
Cotas de fundos de investimento	122.671	—	—	122.671	122.671
DML Hedge Conservador IFRF	39.885	—	—	39.885	39.885
AF Invest FIC CP Geraes	40.303	40.303	—	40.303	40.303
Canepa Macro FIM	12.313	12.313	—	12.313	12.313
Az Quest Total Return FIC FIM	15.170	15.170	—	15.170	15.170
Bania AM Maru FIC FIM	15.000	14.950	—	14.950	14.950
<b>Certificado de depósito bancário</b>					
Woork Bank - CDB (i)	3.259	—	3.259	—	3.259
Subtotal	205.578	122.671	3.259	79.543	205.423
<b>Vinculados à prestação de garantias:</b>					
Títulos públicos - LFT (i)	12.359	—	862	11.494	12.356
Fundo Investimento Liquidação Câmara BM&FBOVESPA (ii)	18.805	18.805	—	—	18.805
<b>Certificado de depósito bancário</b>					
Woork Bank - CDB (ii)	2.196	—	2.196	—	2.196
Subtotal	33.360	18.805	3.058	11.494	33.357
<b>Total</b>	<b>238.538</b>	<b>141.426</b>	<b>6.317</b>	<b>91.037</b>	<b>238.780</b>

(i) O valor em garantia é uma exigência da Bolsa, que visa garantir o cumprimento por parte da corretora de eventuais liquidações do mercado financeiro. (ii) CDB vinculado à garantia fornecida junto ao Woork Bank. Em 30 de junho de 2019, foram registrados ajustes ao valor de mercado sobre os títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, reconhecidos em contrapartida no patrimônio líquido, pelo montante de R\$59 (R\$58 em 2018), liquidado dos efeitos tributários. Durante os semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 não houve reclassificação entre as categorias de títulos e valores mobiliários. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). As cotas dos fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor de custo no último dia útil do mês. Os fundos locais e os certificados de depósito bancários estão custodiados na "BS".

b) Instrumentos financeiros derivativos: A Corretora realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, os quais são registrados e atuados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às necessidades de seus clientes. A Administração dos riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e diversos níveis de acompanhamento das posições. Em 30 de junho de 2019, a Corretora possui posição em aberto com instrumentos financeiros derivativos, representados por operações com ações a termo no montante de R\$407 (R\$ 455 em 2018).

6. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

Ativo circulante

Outros créditos:

Carteira de câmbio

Câmbio comprado a liquidar

Direitos sobre venda de câmbio

Receitas de câmbio

Comissões e corretagens a receber

Serviços prestados a receber

Outras rendas a receber

Negociação e intermediação de valores

Devedores - conta liquidações pendentes (a)

Caixa de registro de liquidação (b)

Bolsa - depósito em garantia

Operações com ativos financeiros e mercadorias

Diversos

Adiantamentos e antecipações

Impostos e contribuições a compensar

Devedores diversos - País

Ativo não circulante

Sociais e estatutárias

Fiscais e previdenciárias

Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar

Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros

Impostos e contribuições sobre salários

Outros

Negociação e